

INVESTIGAÇÃO

Auditoria de dívidas é alvo de Frente de Parlamentares

de São Paulo

Representantes da Frente Parlamentar e Social de Acompanhamento da Dívida Pública, do Sistema Financeiro e da Política de Juros e de diversas entidades vão entregar ao presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), na próxima semana, um requerimento para instalação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) destinada a realizar auditoria das dívidas interna e externa brasileiras.

A deputada Clair da Flora Martins (PT-PR), coordenadora da Frente e outros oito parlamentares fizeram anteontem a entrega simbólica ao presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti (PP-PE), de um mesmo requerimento pedindo a criação de uma CPMI para realizar a auditoria das dívidas interna e externa brasileiras.

Com isso, parlamentares e lideranças de entidades da sociedade civil pretendem que o Congresso cumpra o artigo 26 do Ato das Disposições Constitucionais que prevê a criação desta comissão. Segundo a deputada Clair da Flora Martins, "os deputados alertaram que, se não for feita a auditoria, corre-se o risco de o Brasil pagar mais do que deve".

E, segunda ela, o presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti concordou afirmando que "Quem não paga direito acaba pagando duas vezes". Severino Cavalcanti também declarou que vai pedir o apoio do presidente do Senado, Renan Calheiros, para a abertura da CPMI.

Segundo Clair, o requerimento já tem 260 assinaturas de deputados e de 25 senadores". Embora não esteja presente no dispositivo constitucional, o requerimento também inclui a auditoria da dívida interna, já que, segundo a deputada, ambas se interligam e produzem impactos sobre o desenvolvimento econômico e social do Brasil. "Essas dívidas são os principais fatores que impedem o desenvolvimento do país, pois o pagamento dos juros delas decorrentes impede o investimento em setores como saúde, educação e infraestrutura", disse a deputada.

Os deputados da Frente argumentam ainda "que o Congresso deve tomar a iniciativa de realizar a auditoria, antes que o Supremo Tribunal Federal determine judicialmente a obrigatoriedade de realizá-la, com base em ação movida pela Ordem dos Advogados do Brasil em dezembro do ano passado".

Na ação, denominada "arguição de descumprimento de preceito fundamental", apresentada ao Supremo Tribunal Federal, a OAB quer obrigar o Congresso a auditar a dívida externa, que, segundo o presidente da entidade, Roberto Busato, está atrasada em 16 anos. De acordo com o artigo 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) ela deveria ter sido criada um ano após a promulgação da Constituição — em cinco de outubro de 1989.

A pedido do relator da ação, ministro Carlos Ayres Britto, o Senado já encaminhou ao STF informações e dados sobre as razões pelas quais o Congresso não realizou a auditoria da dívida externa na data prevista.